



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ROSENI OLIVEIRA DE SOUZA

**A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NO CONTEXTO DE UMA
GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO COMPARATIVO**

**GUARABIRA
2022**

A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NO CONTEXTO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO COMPARATIVO

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Licenciatura plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito total para a obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr: Vital Araújo Barbosa de
Oliveira

**GUARABIRA
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S589r Souza, Roseni Oliveira de.

A relação entre família e escola no contexto de uma gestão democrática [manuscrito] : um estudo comparativo / Roseni Oliveira de Souza. - 2022.

26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Conselhos Escolares,. 2. Gestão Escolar. 3. Família. 4.
Controle Social . I. Título

21. ed. CDD 370

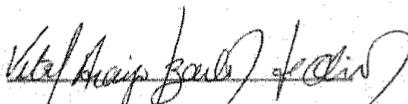
ROSENI OLIVEIRA DE SOUZA

**A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NO CONTEXTO DE UMA
GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO COMPARATIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Licenciatura
plena em Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito total
para a obtenção do título de Graduação
em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovada em: 19 / 07 / 2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr Vital Araújo Barbosa de Oliveira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Verônica Pessoa da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa.: Mestra. Joana Dark Costa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SÚMARIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 | GESTÃO ESCOLAR, GESTÃO DEMOCRÁTICA: ENTRE LIÇÕES E APRENDIZADOS. | 9 |
| 2.1 | Gestão | 10 |
| 2.2 | Gestão Democrática | 11 |
| 2.3 | Família na escola e sua relevância na gestão | 12 |
| 2.4 | Conselho Escolar | 14 |
| 2.5 | Conselhos Educacionais | 15 |
| 3 | RELATO DE EXPERIÊNCIA | 16 |
| 3.1 | Retomando os estudos | 16 |
| 3.2 | Despertando a cidadania através do conhecimento adquirido na prática. | 17 |
| 3.3 | A saga por respostas sobre a suplementação láctea | 18 |
| 3.4 | O exercer da cidadania pela escola democraticamente | 19 |
| 3.5 | A escolha de gestão democrática compete à comunidade escolar | 20 |
| 3.6 | O que mudou na atuação após ter novo olhar de pedagogia | 20 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 24 |
| | REFERÊNCIAS | 25 |

A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NO CONTEXTO DE UM GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO COMPARATIVO

RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões a partir do relato de uma experiência junto aos conselhos escolares e educacionais, ressaltando a importância do segmento dos pais e responsáveis por alunos da rede pública Municipal e Estadual, em dois municípios de duas regiões geográficas do Brasil, Sudeste e Nordeste. Tem como objetivo geral: Refletir a experiência como conselheira escolar em duas atuações nos campos específicos, em escolas da rede Municipal do Sudeste e em escolas da rede Estadual do Nordeste, com o intuito de demonstrar como a pedagogia trouxe aprimoramento para contribuir na atuação como conselheira escolar, visando a Gestão Democrática na prática, com a participação de todos os segmentos da sociedade civil. A metodologia utilizada foi um relato de experiência de atuação na área, enriquecida por uma revisão bibliográfica com análises de autores que também relatavam as suas experiências no campo da gestão, bem como, consultas a documentos oficiais que regem as Políticas Públicas Educacionais. Tendo como referências os escritos de Paro (1986), Lück (2011), Oliveira (2013), Padro (2012) entre outros. Comparativamente, considerando o campo macro educacional, analisa os critérios de escolhas participativas dos conselheiros escolares e suas repercussões para a melhoria na integração e interação destes com os demais segmentos dos conselhos escolares. O trabalho visa demonstrar como a Educação Pública reflete na família e de que maneira a família pode contribuir para a Educação e os demais segmentos, como parâmetro da experiência de mãe de aluno que deu continuidade aos seus estudos após entrar no Conselho Escolar. O trabalho aponta como resultados que existem diferenças entre a Gestão Escolar Democrática, sendo na Região Sudeste, mais efetiva e participativa do que na Região Nordeste, por conta das descentralizações dos segmentos dos Conselhos Escolares.

Palavras-chave: Conselhos Escolares. Gestão Escolar. Família. Controle Social.

ABSTRACT

This work presents reflections based on the report of an experience with school and educational councils, highlighting the importance of the segment of parents and guardians of students in the Municipal and State public network, in two municipalities in two geographic regions of Brazil, Southeast and Northeast. Its general objective is: To reflect on the experience as a school counselor in two activities in specific fields, in schools in the Municipal network of the Southeast and in schools in the State network of the Northeast, in order to demonstrate how pedagogy has brought improvement to contribute to acting as a counselor school, aiming at Democratic Management in practice, with the participation of all segments of civil society. The methodology used was an experience report in the area, enriched by a bibliographic review with analyzes of authors who also reported their experiences in the field of management, as well as consultations with official documents that govern Public Educational Policies. Having as references the writings of Paro (1986), Lück (2011), Oliveira (2013), Padro (2012) among others. Comparatively, considering the macro-educational field, it analyzes the criteria for participatory choices of school counselors and their repercussions for the improvement of their integration and interaction with the other segments of the school councils. The work aims to demonstrate how Public Education reflects on the family and how the family can contribute to Education and other segments, as a parameter of the experience of the mother of a student who continued her studies after joining the School Council. The work points out as results that there are differences between the Democratic School Management, being in the Southeast Region, more effective and participatory than in the Northeast Region, due to the decentralization of the segments of the School Councils.

Keywords: School Councils, School Management, Family, Social Control.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho reflete a experiência numa atuação como Conselheira Escolar com participação ativa em Gestão Democrática, e com isso, trazer uma reflexão e compreensão de outros Conselheiros Escolares, trazendo compreensões acerca de outros Conselheiros Escolares no que se refere às suas atribuições, no apoio à Gestão Democrática no âmbito da Escola Pública, visando o reconhecimento da participação da família do educando para a formação do futuro cidadão que a sociedade enseja no exercício da cidadania, cuja educação formal, deve contemplar nas escolas públicas em diferentes redes de ensino. A análise se deu em escolas públicas municipais na Região Sudeste (2005 até 2012) e escolas estaduais na Região Nordeste (2019 até 2022) considerando os parâmetros e diretrizes instituídos, conforme está amparado o direito à educação, de acordo com as leis vigentes.

Assim, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, no artigo 205.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Este relato de experiência tem o intuito de fazer um comparativo entre os preceitos da gestão escolar democrática em dois municípios de diferentes Estados, e analisar essa diferença de atuação sob a ótica da Pedagogia, após a formação acadêmica e aquisição de conhecimentos teóricos na área, uma vez que, à época em que se deu início aos trabalhos voluntários nos conselhos em escolas no Sudeste, como Conselheira, a membra do segmento pais e responsáveis, não havia concluído ainda o Ensino Fundamental II. Para tanto, o estudo tem como objetivos: Geral: Refletir a experiência como conselheira escolar em duas atuações nos campos específicos, em escolas da rede municipal do Sudeste e em escolas da rede estadual do Nordeste, com o intuito de demonstrar como formação adquirida do Curso de Pedagogia trouxe aprimoramento e contribuiu na perspectiva da Gestão Democrática, cuja prática favorece a participação de todos os segmentos da sociedade civil na escola.

A esse respeito, Barreto (2021, s/p) ao citar Freire, afirma:

Para Freire, não há ruptura entre o saber de pura experiência e o saber metodicamente rigoroso, o que há é uma superação, dada quando a curiosidade ingênua se critica, tornando-se uma curiosidade epistemológica. Essa ingenuidade se dá pelo desenvolvimento da curiosidade crítica e insatisfeita. (BARRETO, 2021, s/p).

A gestão democrática precisa ser compreendida pela sociedade, para que sua efetivação aconteça de forma plena na gestão escolar. Por isso, a participação dos membros nos conselhos escolares, nesse processo, é de suma importância, fato que ressalta a relevância dessa pesquisa em forma de relato de experiência. A prática evidenciada por essa vivência permitiu, através da gestão democrática, incidir para a construção de políticas públicas voltadas para esse fim.

De acordo com Mendes (2008, p.108, apud PRADO, 2012, p, 17):

Em uma sociedade cujos valores dominantes distanciam o cidadão da possibilidade de intervenção pública, em que impera uma concepção restrita de política eminentemente vinculada à disputa pelo poder e o exercício democrático limitado ao ato de votar em dia de eleição, processos participativos precisam ser promovidos e constantemente aperfeiçoados e ampliados.

A partir de questionamentos e críticas da família de alunos do Ensino Fundamental I, onde a princípio sobre alimentação escolar, de uma determinada escola e desencadeado aos demais questionamentos de como são estabelecidas as políticas públicas no âmbito da escola e de que maneira a família poderia intervir de forma positiva para que as melhorias da escola pudessem ocorrer, onde na prática foi possível por essa vivência relatada neste trabalho, responder sobre a importante atuação da família no contexto escolar e que esta ao participar efetivamente de uma gestão democrática entende a sua relevância de que seja possível intervir, interagir e integrar-se no âmbito da escola pública como todos os demais segmentos que existem dentro da comunidade escolar, inclusive o de pais e responsáveis que deve estar sempre presente, acompanhando todos os processos que englobam o ensino através de diálogos do que são deliberados numa gestão democrática, e evidenciando assim, as políticas públicas.

Para uma melhor compreensão e alcance dos objetivos propostos, esse artigo está dividido em tópicos que abordam a Gestão Democrática, Gestão Escolar, Família na Escola, Conselho Escolar e Conselhos Educacionais, assim como um comparativo nos campos de atuação.

Todas as vivências aqui relatadas contribuíram em grande parte, para a formação acadêmica desta graduanda, permitindo a construção de uma prática alicerçada numa base sólida e na retroalimentação da relação teoria-prática, evidenciando, entre outras questões, a importância da participação familiar no contexto escolar em Gestão Democrática.

2 GESTÃO ESCOLAR, GESTÃO DEMOCRÁTICA: ENTRE LIÇÕES E APRENDIZADOS.

Quando observamos uma Gestão Escolar geralmente é apontada para a figura do gestor/a, atribuindo a este o papel de ser o único responsável legal pela instituição e por se tratar de um cargo de confiança e de grande responsabilidade conclui-se que somente o gestor e ou a equipe de gestores são os responsáveis por tudo o que acontece nas unidades escolares, transferindo para esses, tantos os aspectos positivos quanto os negativos, que ocorrem no ambiente da escola pública. Em algumas escolas poderemos encontrar como parte da gestão escolar outros componentes, como por exemplo: vice-gestores, coordenadores pedagógicos, coordenadores financeiros, supervisores e secretários escolares. Embora, a equipe completa de gestão considere importante a presença desses demais componentes na gestão, não há em todas as escolas a presença desses profissionais de educação a disposição para compor uma gestão escolar, permanecendo, assim, os desafios que gestores escolares enfrentam no dia a dia, para dar conta de tantas demandas solicitadas.

Porém, obrigatoriamente deve existir dentro de toda escola pública, o órgão Conselho Escolar, colegiado este autônomo e que atue efetivamente junto à Gestão em todas as unidades escolares. Este é formado no âmbito da escola e com a participação dos segmentos que compõe a comunidade escolar (gestores, professores, funcionários, associações de pais e responsáveis e alunos), tal exigência do Sistema Educacional serve para garantir que a escola possa receber o repasse das verbas pelas Entidades Executoras - EE e fazer o devido uso desses recursos financeiros, com um planejamento, a execução e a prestação de contas. Esse processo acontece dialogando dentro do Conselho Escolar registrados em ATA e assinado por todos os membros dos respectivos segmentos, antes e depois que são repassados para unidade executora os recursos financeiros pela Entidade Executora. Podemos diante disso, afirmar que a gestão escolar ainda que quisesse exercer uma gestão escolar de maneira isolada e autoritária, depende dos demais integrantes de um conselho escolar para respaldar sua ação na escola. Como está previsto nas estratégias 19.1 e 19.6, da meta 19 do PNE a escola deve:

Priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;
Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares (BRASIL, 2001).

Portanto, gestão escolar quando tem compreendida e internalizada qual a sua função no papel social e de formação dos futuros cidadãos, possibilita todas as condições necessárias para fazer seu trabalho de maneira que a comunidade em torno a reconheça, respeitando-a e valorizando a sua atuação. Com diálogo permanente com a instituição família. A gestão escolar deve considerar a importância que o aluno tem, ao chegar na escola trazendo consigo particularidades sociais, econômicas, culturais, de religião. Por isso, a comunidade escolar como um todo, e a gestão escolar ao considera-lo, dará a sua contribuição e continuidade na formação escolar dos educandos.

A gestão escolar em suas atribuições vai além do alcance de metas administrativas na condução de gerir uma escola, refletindo sempre sobre o seu papel de gerenciador dentro da escola, e não apenas como uma figura de Gestor com o pensamento de poder limitado a si mesmo.

2.1 Gestão

Gestão é um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso os objetivos educacionais. O entendimento do conceito de gestão, portanto, por assentar-se sobre a maximização dos processos sociais como força e ímpeto para a promoção de mudanças, já pressupõe, em si, a

ideia de participação, isto é, do trabalho associado e cooperativo de pessoas na análise de situações, na tomada de decisão sobre seu encaminhamento e na ação sobre elas, em conjunto, a partir de objetivos organizacionais entendidos e abraçados por todos. (LÜCK, 2011, p. 21).

2.2 Gestão Democrática

Sobre a Gestão Democrática, faz-se necessário compreender como se estabelece a democracia no ambiente da gestão, e como vem refletindo na sociedade o entendimento da democracia no âmbito educacional, devendo ser visto dentro do contexto escolar, de forma que possibilite aos alunos, que são os nossos futuros cidadãos, perceber a sua atuação protagonista no exercício pleno de sua cidadania dentro e fora da escola.

A meta 19 do Plano Nacional de Educação-PNE assegura que a educação tenha efetivada a sua gestão democrática e para tal elencando algumas estratégias que podemos citá-las sobre a gestão democrática:

19.1) priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

19.2) ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3) incentivar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PNE e dos seus planos de educação;

19.4) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando sê-lhes, inclusive;

19.5) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo

19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

19.8) desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão. (BRASIL, 2001)

A Gestão Democrática é uma gestão que reconhece a importância da participação da sociedade civil organizada, considerando que, para tomar as suas decisões precisa dialogar e ouvir a todos os seus membros por meio de uma participação ativa em sintonia com as decisões coletivas da comunidade. Nesse sentido, requer uma decisão final de acordo com o que a maioria decide e não com uma imposição hierárquica de uma única figura responsável pela Gestão. Segundo Vitor Paro compreendemos que:

A relevância o estudo das práticas políticas no cotidiano da escola pública, referente diretamente ao exame das condições que aí seapresentam para o exercício dessas práticas, ou seja, das práticas de participação da população na tomada de decisões na escola. (PARO, 1992, p 42).

Estabelece uma Gestão Democrática quando todos os seus representantes são corresponsáveis por este tipo de gestão. Seja qual for a decisão tomada por sua maioria, todos devem colaborar e contribuir para o alcance dos objetivos propostos na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, que contemple os anseios da sociedade para a educação e demais atividades educacionais, evitando qualquer tipo de conflito de interesses que dificultem a condução dos trabalhos da equipe escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (LDB - Lei 9.394/96) estabelece os preceitos da gestão democrática e sobre as modalidades de participação da comunidade escolar, no processo educacional, especialmente nos artigos 3º e 14º:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) VII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; (...). Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes. (CARNEIRO, 2012, p. 49, 171)

2.3 Família na escola e sua relevância na gestão

A Família é a primeira instituição na qual as crianças recebem seus primeiros saberes através de um processo educativo empírico, considerado essencial para os processos de ensino e aprendizagem da criança, antes mesmos dessas irem para as instituições formais dos sistemas de ensino.

Nesse sentido, não podemos pensar na educação escolar excluindo deste pensamento a instituição família dos alunos, sendo esta como a primeira parte de formação dos indivíduos. parafraseando Freire (2002), podemos afirmar que realmente não exista professor sem aluno, como também não existe aluno sem professor. E aluno existe sem família? Claro que não. O foco da escola é a formação dos alunos e a prioridade da família que se insere na escola são os alunos. A criança quando é reconhecida como aluno, é filho ou filha de alguma família. Quando formamos uma família, sempre nos lembraremos de querer ver os filhos indo para uma escola, porque geralmente no pensamento de toda família a escola é

o lugar que se aprende tudo aquilo que os familiares aprenderam como fazer tal coisa, em diversas áreas do conhecimento, podemos assim dizer que é como a família educa os seus. Considerando o autor Oliveira (2003):

As crianças e jovens precisam sentir que pertencem a uma família. Sabe-se que a família é a base para qualquer ser, não se refere aqui somente família de sangue, mas também famílias constituídas através de laços de afeto. Família no sentido amplo, é um conjunto de pessoas que se unem pelo desejo de estarem juntas, de constituírem algo de se completarem. (OLIVEIRA, 2003,p. 1).

Na conjuntura atual vale ressaltar que seria impossível afirmar que a familiarizado contexto social vigente não tenha passado por uma escola e obtido algum referencial da figura que chamamos de professor.

É na família que se começa a construção de saberes do indivíduo desde a mais tenra idade, agregando conhecimentos de bases educativas para todos os seres humanos, como os valores sociais, éticos, morais, culturais e religiosos, que a criança aprende antes de ir para a instituição escolar. Em casa, com a mãe, pai, irmãos, avós, entre outros do seu convívio familiar, os alunos aprendem e refletem na escola aquilo que aprendeu com sua família, um processo educativo e informal das suas aprendizagens. Um processo mútuo de aprendizagem. Nas palavras de Freire (1987): “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo. Os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Quando o educando passa a conhecer a instituição formal de ensino, ou seja, o ambiente escolar, podemos dizer que vai estabelecendo as assimilações do seu cotidiano familiar e da sua aprendizagem com os conteúdos pedagógicos estabelecidos nos currículos organizados de sua formação escolar.

A família tem um importante papel junto a escola, fazendo-se presente no contexto educacional do aluno, quando está à disposição de dar continuidade na participação da vida escolar dos alunos. Nessa interação, a escola é favorecida no trabalho pedagógico do professor, que precisa do apoio da família para que os objetivos do processo ensino-aprendizagem e o bom desempenho desses alunos.

De acordo com os pensamentos de Vitor Paro (1992), podemos elevar uma melhor compreensão de como são as relações da família e escola quando em seu texto elenca o seguinte:

No relacionamento com pais e outros elementos da comunidade, quer em reuniões, quer em contatos individuais, a postura é de paternalismo ou de imposição pura e simples, ou ainda a de quem está ‘aturando’ as pessoas, por condescendência ou por falta de outra opção. De um modo ou de outro, prevalece a impressão de que os usuários, por sua condição econômica e cultural, precisam ser tutelados, como se lhes faltasse algo para serem considerados cidadãos por inteiro. Esse comportamento se reproduz também no processo pedagógico em sala de aula, onde a criança é encarada ‘não como sujeito da educação’, mas como obstáculo que impede que esta se realize (PARO, 1992, p. 43).

É de grande relevância que haja conscientização daquilo que é o direito e dever da família e a sua participação na escola em todas as modalidades da Educação Básica, desde o Ensino Infantil até o Ensino Médio, e para tal a

participação ativa da família na escola e sua eficácia ser notável, foram criados os Conselhos Escolares pelos órgãos competentes, nos Programas de Governo de Estado, perfazendo o estabelecido controle social, para que a qualidade do ensino alcance as melhorias tão desejadas através das políticas públicas discutidas com a participação da família e demais segmentos da sociedade na gestão escolar.

2.4 Conselho Escolar

De acordo com a Constituição Federal (1988), em seu art.205, o direito à Educação por todos os indivíduos cabe à família e ao Estado o seu garantir. E, para que essa garantia do direito à educação ocorra, precisamos acompanhar o processo de educação que acontece nas escolas públicas. Podemos interpretar que não basta está escrito em leis, se as leis não forem fiscalizadas durante a sua execução. Deste modo, com a criação dos Conselhos Escolares, a sociedade civil tem a oportunidade de exercer o papel de fiscalizador entre outras atribuições, através de controle social na educação e de sua plena cidadania.

São os conselheiros escolares que acompanham as políticas públicas voltadas para a Educação, eles deliberam junto à escola a destinação dos recursos financeiros, para fazer as ampliações e melhorias que as escolas precisam, suas participações na construção de diálogos servem tanto para o Projeto Político Pedagógico quando oferece contribuições relevantes para atender as demandas pedagógicas de uma educação de qualidade para a sociedade quanto para direcionar os recursos financeiros da escola nas melhorias de infraestrutura física, e de material que necessita as escolas.

Em outras palavras, são funções e competências do Conselho Escolar, de acordo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394/96), as atribuições no que se refere o apoio à gestão escolar, consiste no administrativo, financeiro e pedagógico, para efetivar uma gestão democrática e que dessa forma, a gestão ser ministrada no ensino público almejando a sua finalidade.

Os conselhos escolares têm a mesma função dos conselhos educacionais, porém, a sua atuação estão ligadas as demandas do contexto escolar e bem mais perto da sociedade para que esta exerça o controle social. Por esta razão, deveriam ser mais fortalecidos, se houver o empenho da gestão democrática visando este diálogo com todos os seus pares e segmentos. No art.14 da LDB 9.394 de dezembro de 1996, vamos encontrar estabelecido o seguinte texto:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

A interação e integração de todos os segmentos dos conselhos escolares em um município, por exemplo, descentralizando os segmentos membros destes conselhos, podem gerar um fortalecimento dos mesmos e da valorização da participação na educação, que a sociedade e profissionais da Educação tanto desejam. A família e escola caminham juntas, mas, por vezes, estes caminhos são diferentes devido a

existência dos conflitos de interesses. Quando as demandas são comuns para a escola e para a família, a luta por uma educação de qualidade surte em efeitos positivos.

Nessa direção, Alves; Varela (2012) salientam que: “a democratização da escola pública é um processo que exige a participação de todos: os gestores, professores, pais e toda comunidade educativa”. Essa afirmação dos autores está em consonância com o que versa a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) e nos dois Planos Nacional da Educação (10.127/2001; 13.005/2014).

Para a organização dos conselhos e a interação dos mesmos como está previsto na LDB e na meta 19 do Plano Nacional de Educação, faz-se necessário a descentralização para que os objetivos da educação sejam alcançados.

2.5 Conselhos Educacionais

Os Conselhos Educacionais estão presentes em cada instância federativa, União, Estados, Municípios e Distrito Federal, e seus segmentos representativos seguem na sua proporção participativa com gestores executivos, profissionais da educação, funcionários e colaboradores, pais e responsáveis, sociedade civil organizada e alunos do sistema de ensino de cada rede.

Nos sistemas educacionais encontramos o Conselho mais abrangente, que é o Conselho Nacional de Educação- CNE que está subdividido em Câmara de Educação Básica- CEB e Câmara de Ensino Superior- CES, devido a sua amplitude de suas competências e atribuições, foi criado para atuar junto ao Ministério da Educação:

O CNE tem por missão a busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem, no âmbito de sua esfera de competência, assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade. As atribuições do Conselho são normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação, no desempenho das funções e atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira. (BRASIL, 2001)

Entre seus compromissos vamos destacar:

Instaurar um diálogo efetivo, articulado e solidário, com todos os sistemas de ensino (em nível federal, estadual e municipal), em compromisso com a Política Nacional de Educação, em regime de colaboração e de cooperação. Talvez este se constitua no desafio maior para o CNE (BRASIL, 2001).

Os conselhos educacionais desempenham as suas funções por se tratarem neles as questões das Políticas Públicas Educacionais para os sistemas de ensino e serem órgãos de cunho normativos, deliberativos, consultivos, mobilizadores, de assessoramento e fiscalizadores no da Educação. Podemos citar um exemplo dessas resoluções do CNE referente a BNCC:

[...] os conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; nos movimentos sociais. (BRASIL, 2010, p. 31).

E partindo das decisões do CNE, foram desencadeadas as descentralizações dos demais conselhos educacionais, cada um de competência na sua esfera federativa: Conselho Estadual de Educação-CEE que atua junto à pasta das Secretarias de Estado de Educação, o Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF que atua junto à Secretaria de Educação do Distrito Federal e o Conselho Municipal de Educação – CME, que atua juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, dentre outros Conselhos de Controle Social que atuam em cada competência específica, como é o caso do Conselho de Alimentação Escolar -CAE que em suas atribuições compete a fiscalização e o acompanhamento do Programa de Alimentação Escolar.

Diante do exposto, consideramos que o relato de experiência posto neste artigo, ressalta a importância da participação e atuação da família como segmento da sociedade civil no contexto da escola de uma Gestão Escolar Democrática. O relato descreve o processo de escolha dos membros de Conselho Escolar do segmento pais e responsáveis por alunos da Rede de Ensino em município do Sudeste e município do Nordeste.

3 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Este relato de experiência tem o intuito de estabelecer um comparativo entre gestão escolar democrática em dois municípios de diferentes estados, e analisar a diferença de atuação como Conselheira Escolar sob a ótica da Pedagogia na minha formação acadêmica. Esclareço que à época em que atuei pela primeira vez como Conselheira, não havia concluído ainda o Ensino Fundamental II, e com a participação da família no conselho escolar trouxe a vontade de voltar a estudar para contribuir na melhoria da educação nas escolas em que atuei e atuo.

3.1 Retomando os estudos

Essa falta de conclusão dos meus estudos dificultava para acompanhar o ensino que a escola transmitia aos meus filhos em dever de casa, e foi uma das causas que me motivou a retornar às salas de aula como aluna, recomeçando a estudar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse retorno possibilitou-me a alcançar a certificação de conclusão do Ensino Fundamental, pelo ENCCEJA. Posteriormente, dei sequência aos meus estudos no Ensino Médio, no curso Normal de Formação de Professores, porém, logo que iniciei nesta modalidade de ensino me deparei com alguns entraves que temos na Educação, principalmente o de encarar uma greve de professores e embora compreenda hoje que este fato é um direito do profissional da educação, naquele momento via que era algo prejudicial na minha conclusão do Ensino Médio para formação de professores que almejava.

Este conflito pessoal me fez repensar em seguir o caminho da Educação a Distância, certa de que nessa modalidade de ensino não teria a minha formação

prejudicada. Matriculada novamente no Ensino Médio pude estudar por módulos de cada disciplina referente ao conteúdo do currículo de Ensino Médio que compreendia os três anos dessa modalidade. Com a educação à distância pensava que concluir o Ensino Médio só dependeria da minha dedicação aos estudos para que através de conclusões dos módulos, de cada disciplina, alcançar o objetivo da conclusão do EMe, para concluir então mais uma etapa da Educação Básica, o meu ensino médio, estudava sozinha em casa esses módulos e só ia ao local institucional para fazer as provas e os professores corrigirem e darem as notas, através de conclusões dos módulos de cada disciplina, pudesse alcançar o objetivo da conclusão do EM e com isso, conquistar a entrada numa universidade pública, no Curso de Pedagogia. Porém, foi no segundo ano em que deu início a certificação do ensino médio pelo ENEM (2010), que me submeti a fazer tal exame nacional, fato que possibilitou a minha certificação de conclusão do Ensino Médio.

3.2 Despertando a cidadania através do conhecimento adquirido na prática

Dando continuidades aos estudos, paralelamente participava das reuniões do Conselho Escolar, volto a ressaltar que por participar de conselho, percebi que precisava ter conhecimentos teóricos para compreender o que era o exercer da plena cidadania. Pois, nem ao menos compreendia que a escola pública gratuita, na verdade não era gratuita, e sim proveniente dos pagamentos de nossos impostos. Este despertar pelo conhecimento e essa consciência crítica a partir da participação em uma das reuniões regionais do segmento Pais e Responsáveis por alunos, que por uma professora que era a Coordenadora Regional de Educação, em um diálogo com o segmento, nessa reunião veio o meu despertar para continuar a busca pelo saber de como as coisas acontecem dentro da escola e de que forma a sociedade realmente pode participar dando a sua contribuição através dos diálogos e participações nos sistemas de ensino, queria saber se era possível a família ser ouvida dentro da gestão escolar para que mudanças acontecessem de fato, e não adiantava ficar só a observar as críticas dos pais e mães de alunos na porta da escola.

A entrada no Conselho Escolar deu-se por conta de convite feito por uma professora do 1º ano de um dos meus filhos, solicitando a presença dos pais e responsáveis para uma reunião. A partir disso, foi escolhido entre eles quem seria o Responsável que representaria os demais responsáveis da turma, para participar de outra reunião com a Gestão Escolar. Neste primeiro processo de escolha representativa pude perceber como se dá a escolha de representantes democraticamente dentro da escola pública e como as pessoas se esquivam de suas responsabilidades delegando a outros o poder de decidir por eles, neste caso, dentro da Escola.

É importante salientar que esta primeira escola em que atuei, estava inserida em uma comunidade carente e vítima da violência urbana, com cerca de quase 70 mil habitantes, onde a maioria desses habitantes é negra. Muitos conflitos externos da comunidade iam parar dentro da escola, toda vez que havia confrontos externos, a escola tinha que fechar e liberar os alunos, ou abrigá-los com seus professores nos corredores da instituição para não serem atingidos. Situações que presenciei por diversas vezes e sofria junto com todos que estavam dentro da escola, isso prejudicava o desenvolvimento pedagógico na escola.

Embora, a realidade fosse desfavorável para a educação da comunidade do entorno, outras situações de cunho social e econômico das famílias também ocorria, e o que mais me chamou a atenção para adentrar na escola e acompanhar como se ocorria o processo educacional, não foram apenas as questões pedagógicas, ou de infraestrutura física da escola, ou de violência que ocorriam entre pais e professores, mas, também as questões da alimentação escolar.

Outro fator relevante, é que as escolas de comunidades carentes realizam o atendimento de alunos que muitas vezes, vão para a escola para ter garantido o mínimo de suas refeições e foi durante esta atuação voluntária, que soube da informação de que a alimentação escolar nas escolas municipais garante 15% dos valores nutricionais que cada aluno precisava ter no período de um turno.

3.3 A saga por respostas sobre a suplementação láctea

Para melhor compreensão desse texto compartilho neste relato de experiência, um pouco dos detalhes do ocorrido comigo e com meus filhos, e o que me fez pensar com empatia nos filhos de outros moradores da mesma comunidade e que eram alunos da mesma escola em que meus filhos estudavam. Isso ficou marcado na minha memória e impactou a minha vida de tal maneira para ter um olhar diferenciado para minha formação como futura pedagoga.

Certa vez faltou-me o leite em minha residência, e soube por um dos meus filhos que na escola ele não poderia mais ter acesso ao leite que tomava todos os dias antes de iniciar suas aulas. Essa situação me levou a questionar a Gestão Escolar e buscar por informações em diversas instâncias possíveis até obter uma resposta plausível aos meus questionamentos, queria que pudessem me responder o porquê de a escola fazer distinção de alunos de EI e EF I, se ambos viviam numa mesma comunidade e eram alunos da escola.

A falta da suplementação láctea foi crucial para me sentir no dever de lutar pelo direito dos meus filhos, pelos demais alunos da escola, e pela gestão escolar, pois, a vice gestora responsável pela merenda da escola já havia solicitado o aumento da suplementação láctea e não havia sido atendida pela secretaria de educação até aquele momento, para que não somente os meus filhos, mas, os demais alunos daquela escola pudessem voltar a ter o acesso a suplementação láctea.

Foi assim que se deu o início de uma trajetória de participação ativa da família na escola, objetivando uma tentativa de intervir e promover uma mudança na realidade da alimentação escolar para os alunos de uma escola. Essa experiência resultou numa aprendizagem na prática do que em relação a finalidade da Educação, que é o formar cidadãos para o pleno exercício da sua cidadania e chegar a obter a informação que respondesse o real motivo pelo qual os alunos do ensino fundamental tiveram sua suplementação láctea reduzida.

Segundo me explicou a vice-gestora, depois que a Secretaria Municipal de Educação passou a receber matrículas das creches e por terem estas migrado da Secretaria de Ação Social para a pasta da Educação, mudanças nas escolas de primeiro segmento ocorreram e se adequaram para atender a mais uma modalidade de Ensino, e no caso daquela escola, que até então atendia apenas os anos iniciais do EF, ao receber as matrículas de alunos da Educação Infantil na Pré-escolas, teve que priorizar a suplementação láctea para esses alunos e não ofertar para os demais alunos da escola. Até então a Educação Básica era compreendida entre os

anos iniciais até os anos finais do ensino Fundamental e Médio, com a mudança nas leis que regem a Educação, o antigo Fundef passou a ser chamado de Fundeb e ter a Educação Infantil (creches e pré-escolas) como parte da Educação Básica. Anterior a esta modificação apenas o Ensino Fundamental e Médio era reconhecido como Educação Básica, essa transição de uma pasta para a outra teve que ir se adequando gradativamente para os gestores escolares e as creches eram vistas pela Educação durante algum tempo com olhar ainda assistencialista, embora isso tenha sido um avanço na política pública educacional do município, porque a pasta da Educação Municipal recebia da pasta de Ação Social Municipal as unidades referentes a Educação Infantil Modalidade Creches e Pré-Escolares. Com um mês de atuação no Conselho da Escola, solicitei que a vice-gestora fizesse o encaminhamento de um novo pedido para o aumento da Suplementação Láctea na merenda da escola, pedido este que após a participação ativa da família, foi aprovado pela Secretaria Municipal de Educação e concedido à escola que meus filhos estudavam garantindo a eles e a todos os demais alunos o acesso ao leite na entrada dos alunos em cada turno.

3.4 O exercer da cidadania pela escola democraticamente

Através do diálogo e de minha atuação foi possível passar por todo um processo de escolha do segmento a qual pertencia, participando de reuniões com os pais e responsáveis por alunos numa assembleia junto à Gestão Escolar, no Conselho de Pais e Responsáveis junto à Coordenadoria Regional de Educação e no Conselho de Pais e Responsáveis junto à Secretaria Municipal de Educação, por meio eletivo entre os pares, e assim chegando a atuar como Conselheira Municipal de Educação, representando os pais de alunos de toda rede municipal com mais de 1055 escolas dividida em 10 Coordenadorias Regionais de Educação, que atendia cerca de 755mil alunos.

Atuei como Conselheira Escolar na escola durante todo o período em que meus filhos estudaram lá, no mesmo segmento. Foi nessa escola que estudei quando era criança, os anos iniciais, e a Gestora da escola foi a minha primeira professora, e muitas das professoras que ainda trabalhavam lá, eu tinha guardado na minha lembrança de infância que passei na escola. Lembro que a gestora se orgulhava por ver a sua ex-aluna exercendo sua cidadania no papel de conselheira escolar, e a cada participação em que ia representando os pais e responsáveis da escola em outras instâncias, minha ex-professora sentia orgulho de mim e recebeu os parabéns por ter um segmento do conselho escolar, como representante municipal em outros Conselhos. Particpei de todos os processos de escolha de conselheiros, tanto para a escola (2005/2007; 2008-2010; 2010-2012), quanto para a escolha de conselheira do Polo 5 (várias comunidades), sempre no mesmo segmento, para a escolha de conselheiros de uma Coordenadoria de Educação (vários Bairros), até ao Conselho da Secretaria Municipal de Educação (várias Regionais), chegando a atuar no Conselho Municipal de Educação(2006) e no Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE), onde neste fui escolhida entre os conselheiros para ser a Presidente, por um mandato de dois anos(2005/2007).

No âmbito escolar, participava das discussões desde o planejamento, execução e prestação de contas dos recursos recebidos pela escola (PDDE e do SDP (Sistema Descentralizado de Pagamentos), bem como participava dos conselhos de classes, conselho fiscal da escola, construção do PPP e das

mediações de conflitos no ambiente da escola com a comunidade do bairro, apoiava a escola nos três tipos de atribuições que compete ao Conselheiro, a financeira, administrativa e pedagógica.

3.5 A escolha de gestão democrática compete à comunidade escolar

No Sudeste, na época em que fui conselheira, os conselhos havia uma interação e integração entre os segmentos, onde discutiam as demandas de cada escola e trocávamos as experiências sobre atuação nos conselhos escolares e no apoio à gestão escolar, todas as questões das comunidades escolares eram amplamente dialogadas e discutidas, para buscar com nossos pares nas instâncias cabíveis do sistema de educação as soluções dos problemas, havia uma pauta pré-definida pelos próprios membros de todos os segmentos e seguíamos nas decisões para atender a maioria, isso foi como aprendi a entender o que significava a Democracia posta em prática e exercer cidadania não apenas em dias de eleição.

No município do Sudeste, a escolha de gestores escolares passava pela aprovação ou não, da comunidade escolar, ou seja, para a Direção da escola continuar atuando, havia uma eleição onde todos os envolvidos com a escola tinham que votar na chapa que seria a escolhida (professores, funcionários, alunos, pais e responsáveis e associação dos moradores), a chapa vencedora era a que seria a Gestão da Escola. Não havia liderança política ou partidária, que indicava um nome para assumir o cargo sem consulta alguma da comunidade escolar, as chapas que concorriam para assumir uma gestão escolar era composta por nomes de Profissionais da Educação concursados e que tinham em suas formações acadêmicas titulação de cursos em Pedagogia, Gestão e Administração.

3.6 O que mudou na atuação após ter novo olhar de pedagogia

Com a entrada na Universidade Estadual da Paraíba, no ano de 2015 pude contemplar através dos conhecimentos adquiridos como já atuava sem ter conhecimento da pedagogia nos Conselhos anteriormente, tendo a prática sem ter tido o devido acesso às teorias da Pedagogia.

Atualmente estou atuando como voluntária bolsista/auxiliar de creche pública e como Conselheira Escolar de uma Escola Cidadã Integral Técnica, no segmento Pais e Responsáveis por alunos, ambos no município do Nordeste.

Na cidade onde moro, há quase 10 anos e meus filhos estudaram os anos finais e ensino médio e minha filha ainda estuda desde a educação infantil, iniciei a minha atuação em conselho escolar no ano de 2019 e continuo até o momento e percebo muita diferença do que conheci anteriormente como sendo uma gestão democrática. Percebi que existe uma divergência entre uma região e outra, referente à gestão educacional no sistema de ensino público.

No município do nordeste, diferentemente, fui convidada a participar dos Conselhos Escolares a convite de Gestoras, por terem conhecimento da minha experiência e por falta da disponibilidade das pessoas que alegavam falta de tempo e de conhecimento sobre as atribuições de Conselheiros. Em duas escolas atuei como conselheira, uma era de ensino regular anos finais e a outra que ainda atuo como conselheira é de ensino médio integral técnico. Ambas as escolas de ensino do sistema educacional estadual possuem aspectos diferentes no contexto escolar e atuação de conselho, enquanto em uma escola apenas fui convidada para participar no início de formação de mandato de conselho, sem que houvesse uma escolha

entre os pares do segmento a qual representava, não havia reuniões frequentes do conselho para que as demandas escolares fossem sanadas e discutidas com a participação de todos os membros do conselho, a nossa primeira reunião nesta unidade aconteceu para apresentação de novos conselheiros e esclarecimentos sobre a importância de ter um conselho burocraticamente formado para que a escola pudesse receber os recursos financeiros, questões de cunho formal burocrático e assinatura de atas, vale ressaltar que as reuniões com pais de alunos aconteciam para repasse das informações de gestor, e informações pertinentes as questões pedagógicas com os professores, em outras palavras, observei que era apenas uma gestão escolar e nada se comparava com o que eu havia aprendido sobre atuação de conselho e gestão democrática.

Na outra gestão onde atuo como conselheira, a gestão, em suas tomadas de decisões, é mais democrática. Nas reuniões que acontecem frequentemente uma vez por mês, com a participação de todos os segmentos, embora, tenha sido convidada a participar do conselho, sem que esta escola fizesse o processo democrático para tal escolha e participação de todos os candidatos a conselheiros, saliento que existe um diálogo permanente, e devido aos conhecimentos de participações anteriores bem como a de teorias, devido a formação acadêmica em andamento, de conhecer as características de uma gestão democrática, a minha postura como conselheira desta unidade é mais firme e com propriedade de fala, quando percebo que a gestão precisa de um apoio mais adequado dos pais e responsáveis por alunos, em questões sejam administrativas, financeiras e pedagógicas, entro em ação para que as melhorias aconteçam conforme o que se espera pelos responsáveis e sociedade, posso aqui citar como exemplo de atuação do segmento pais e responsáveis, um acontecimento recente, quando a escola estava com vacância de professores em diversas disciplinas ocasionando em perda de conteúdos pedagógicos para os nossos alunos e também reduzindo a carga horária letiva de horário integral para o horário de um turno apenas.

Esta demanda, após ser discutida dentro do conselho escolar e, com a postura da gestão em tomar todas as providencias que lhes cabia sem o devido êxito que o conselho esperava para sanar o problema, foi então que esta conselheira no seu direito de atuação levou ao conhecimento do ministério público, com o respaldo após ser comunicado aos pais e responsáveis por alunos sobre o problema da vacância persistindo na escola, o MP que ao ser acionado, possibilitou que a escola fosse atendida com novas contratações de professores, solução esta que só pôde ser possível com a atuação da mobilização de pais de alunos desta escola. O conselho escolar estava respaldado por ter discutido e registrado em ata, as tentativas de resolução do problema, a gestão estava respaldada por ter levado ao conselho a demanda e levado através de ofícios as instâncias superiores do sistema de educação, com os pedidos de novos professores que atendessem as disciplinas em vacância da escola. Essa experiência de participação da família em levar questões para as instâncias extras à escola, puderam me fazer pensar que quando a gestão educacional quer fazer algo pela escola ela faz, basta uma intervenção, que essas questões possíveis de resolver no âmbito da educação aconteceriam, se não houvesse os conflitos de interesses por questões políticas que influenciam a gestão escolar.

Acostumada com a outra dinâmica de atuação de conselheira, percebi o quanto faz falta as interações e integrações dos conselhos descentralizados e participações em outras instâncias da rede de ensino. Acredito que por ser um trabalho voluntário, as pessoas não se dispõem a participar e quando há qualquer

tipo de problema na escola é mais fácil ir para as rádios ou redes sociais se expor ao reclamar, do que buscar o diálogo dentro dos conselhos escolares, no caso citado, não chegou a rádio e nem em redes sociais, mas, pelo caminho da justiça para garantir o direito a educação dos alunos, no MP logo se resolveu.

A Pedagogia possibilitou-me uma maior compreensão sobre as questões de Gestão Escolar, este curso favoreceu não só a minha formação profissional, mas também me influenciou na minha relação interpessoal, aprender a ensinar é fantástico, compreender a si e ao outro pela educação é simplesmente sensacional, olhar para a criança que é nosso aluno e possibilitar a esta a descoberta dos diversos saberes e de novas aprendizagens é incrível.

Com a formação em Pedagogia a crítica que antes praticava, ficou mais evidenciada, se antes debatia com os profissionais de Educação que eram responsáveis pela Gestão Pública dos Sistemas de Ensino com algumas limitações de conhecimentos técnicos e teóricos para fundamentar meus argumentos, e ainda assim obtive êxitos nas participações dos conselhos, imagino com esses conhecimentos em mente. A Educação transforma significativamente o nosso olhar em volta para ver o mundo sob outra ótica, as pessoas estão acostumadas a olharem o mundo a sua volta com uma visão limitada ao que se enxerga, com a Pedagogia o nosso olhar para o outro pode alcançar além do objetivo do campo da visão, a emoção está intrínseca e alcança o coração.

3.7 Do trabalho voluntário no conselho, aos trabalhos da família que ensina a percorrer pela educação

Pela experiência da prática de ser conselheira escolar, trabalho este que foi apenas voluntário e sem remunerações, e que depois de ter voltado a estudar para concluir meus estudos na Educação Básica, trouxe-me diversas oportunidades de trabalho remunerado na área de Educação, ou seja as consequências da minha atuação me levaram a outros caminhos na área, em deixando de ser meramente conselheira de pais de alunos, como também passando a atuar profissionalmente em Educação como por exemplos: fui monitora no Programa de MAIS EDUCAÇÃO, oportunidade esta que pude desenvolver em sala de aulas com alunos do ensino fundamental I, a oficina de Leitura e Letramento; alguns anos depois, fui convidada para atuar como assessora parlamentar acompanhando as fiscalizações no serviço prestado pela pasta da Educação do município no sudeste; No ano de 2009, aceitei convite para assumir um cargo comissionado de Assistente de Coordenação na Superintendência de Avaliação e Acompanhamento, da Subsecretaria de Gestão do Ensino, na Secretaria de Estado de Educação, neste cargo pude ter conhecimentos práticos de como se acontece as avaliações externas da Educação, como se discutem sobre as construções da elaboração dos cadernos de descritores, onde estão descritos as competências e habilidades que cada aluno em seus respectivos ano de ensino deve alcançar, as escalas de metas e sua importância nos diagnósticos avaliativos para uma educação pública; Cheguei a Coordenar uma equipe de quase 200 professores que atuaram em aplicações das avaliações externas em duas regiões geográficas do município para avaliar os anos iniciais em cerca de 183 escolas municipais. Esses trabalhos desenvolvidos na área de Educação, embora, tenham sido feitos e desempenhados com muita dedicação,

ainda não havia tido um contato com o que a teoria da pedagogia dizia sobre respeito de cada atuação.

Atuei também depois de estar no curso de pedagogia como coordenadora pedagógica de Educação de Jovens e Adultos, nessa experiência me deparei com a situação desfavorável para a EJA, uma realidade de gestão educacional para esta modalidade. Como educadora não aceitaria continuar trabalhando e recebendo por prestação de serviço, se não pudesse lutar por melhorias desta educação, entendo que cada participante dentro de uma escola tem um papel a cumprir e não posso aceitar nenhum tipo de desvalorização daquilo que acredito como educação pública de qualidade.

Após já estar no curso de Pedagogia, foi então que percebi o quanto os trabalhos voluntários através dos conselhos que atuava, puderam contribuir para minha formação acadêmica, levava em consideração em todos os componentes curriculares durante o curso que o meu entendimento da prática com das teorias acadêmicas que me era apresentado pelos meus professores, pois, antes da entrada no curso de PEDAGOGIA, não havia nenhum conhecimento teórico. Porém, era possível dialogar com meus professores a respeito da formação dos professores em anos iniciais e as práticas pedagógicas dos mesmos, por já ter participado de conselhos de classes, bem como também poderia discutir sobre a teoria versus práticas, de Gestão Escolar, Conselhos Escolares, Políticas Educacionais, Educação de Jovens e Adultos, Avaliações Externas, Currículos, Educação a Distância, LDB, PNE... Entre tantos outros assuntos que abrange a Educação. Mas, vale ressaltar que com a formação acadêmica em andamento, aprofundou meus conhecimentos prévios de práticas que não fazia ideia que era o de formação de pedagoga.

Em minha experiência anterior, a escolha de gestores escolares, por exemplo, passavam pela aprovação ou não, da comunidade escolar, ou seja, para a Direção da escola continuar atuando, havia uma eleição onde todos os envolvidos com a escola tinham que votar na chapa que seria a escolhida (professores, funcionários, alunos, pais e responsáveis e associação dos moradores), a chapa vencedora era a que seria a Gestão da Escola. E não era uma liderança política que indicava o nome para assumir o cargo sem consulta alguma da comunidade escolar.

Quem perde com essas indicações é a Educação, pois, os professores efetivos/ concursados que são resistentes a tais escolhas e divergem desses "apadrinhados" entram no embate de não concordar com qualquer projeto político pedagógico da escola e acabam fazendo seu trabalho de educador apenas para cumprir carga horária e ter seus salários no fim do mês. Embora não se possa generalizar é fato que essas coisas aconteçam no âmbito escolar infelizmente.

Os recursos financeiros são essenciais para as melhorias de escolas e quando bem planejados e empregados dentro da escola, possibilitarão que as melhorias ocorram. O primeiro contato que tive sobre o PDDE foi quando atuei numa escola onde estudei os anos iniciais, foi participando de todos os processos de escolha de conselheiros tanto para a escola, quanto para Conselhos de Coordenação de Educação e até chegar ao Conselho Municipal de Educação, etambém do Conselho de Alimentação Escolar, neste a qual fui escolhida para ser a Presidente no mandato de 2005/2007, que obtive a informação do quanto é importante a participação da família em escola.

Na escola participava das discussões no planejamento, execução e prestação de contas do PDDE e do SDP (sistema descentralizado de pagamentos) e construção de projeto político pedagógico. Na época em que fui conselheira, antes de me mudar para a região nordeste, os conselhos do sudeste havia uma interação

e integração entre todos os segmentos, onde discutíamos as demandas de cada escola e trocávamos as experiências sobre atuação dos conselhos escolares e da gestão.

Aqui no Nordeste onde moro há quase 10anos e meus filhos estudaram em escolas públicas e minha filha ainda estuda, iniciei a minha atuação em conselho escolar no ano de 2019 e percebo muita diferença do que conheci como escola democrática. Tive que fazer um novo curso a distância sobre PDDE e atualizei meus conhecimentos na área do PDDE, visto que com o passar dos anos houve modificações e a ampliação do Programa Dinheiro Direto na Escola com as Ações Integradas. Para poder aprender muito mais sobre este assunto fiz o curso de Extensão sobre a área deste conhecimento, essa formação vem servindo para aprimorar minha atuação no Conselho da escola em que minha filha estuda e contribuir para o efetivo controle social da cidade em que moro atualmente. Pois, me incomodou a percepção que tive quando me deparei com a existência de uma divergência da "gestão educacional" entre uma região e outra, principalmente por serem de um mesmo Sistema de Ensino Educacional a nível nacional, ou seja, as orientações chegam de igual forma a todas as unidades escolares. Mas, cada escola interpreta essas orientações de acordo com as suas demandas e realidades devido a sua autonomia respaldada por um conselho escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas atuações de conselheira bem distinta, e em campos específicos de diferenças regionais, me levaram a escrever este artigo para que outras pessoas pudessem refletir sobre estes tipos de situações que podem estar presente no cotidiano escolar, conscientizar de que todos nós fazemos parte da educação que queremos receber do serviço público e que as consequências de cada atuação sejam positivas ou negativas acontecerão no futuro da sociedade.

Esse comparativo entre a gestão democrática, vivência em dois campos específicos, nos leva a refletir sobre a divergência da "gestão educacional" entre uma região e outra. No relato de experiência, constatei as diferenças sobre a atuação de conselheiros escolares, suas atribuições e a importância de que a gestão escolar ocorra de maneira a garantir que a participação da família e demais segmentos do Conselho não devem partir do pressuposto de serem convocados apenas para assinaturas de atas de reuniões, mas, para o diálogo permanente sempre que a escola precisar.

Para o Pedagogo durante todo seu exercício profissional, deve estar voltado para a pesquisa. E pesquisando um pouco mais sobre Gestão Escolar, sempre me vem a memória a atuação de conselheira escolar, refletindo sobre os problemas que a escola enfrenta na qualidade de ensino nas escolas públicas, entendendo que estes não são de responsabilidade dos professores e das formações que estes devem fazer para melhor desempenharem seus papéis de educador. Mas, sim daqueles que são colocados como Gestores, que ocupam o cargo politicamente e não pelo processo de escolha democrática, como está previsto na LDB e PNE.

A percepção é a de que os Gestores escolares continuam atuando como se fossem os "administradores de empresas escolares" e não como os Gestores Escolares de uma Gestão Escolar Democrática e Participativa, com o apoio e controle social da sociedade civil como deve ser. Embora não se possa generalizar, cada realidade escolar tem suas especificidades e particularidades a se considerar,

porém, em várias escolas que tive a oportunidade de dialogar com alguns gestores foi essa forma de gestão que encontramos na prática.

Dessa forma, enquanto não ficar transparente e esclarecido para a sociedade e principalmente para os pais e responsáveis dos alunos e também para os próprios alunos da rede de ensino pública compreender a importância da educação na formação do futuro cidadão, teremos os mesmos impasses e conflitos vigentes do século passado dentro das escolas públicas.

A responsabilidade recai sobre aqueles que são conselheiros(as) escolares e a família tem o direito e dever de ser presente na escola, não se omitindo! Posso afirmar que o compromisso daqueles que fazem parte de um Conselho Escolar, que são: os gestores, professores, funcionários ou colaboradores, pais e responsáveis, alunos e sociedade civil organizada, que desejam uma escola pública que tenha uma qualidade de ensino mais adequada para garantir preservado o direito social da educação, é essencial na formação de cada indivíduo para o exercício pleno da cidadania.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Fernanda Ferreira. Resenha do livro *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 25, 6 de julho de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/25/resenha-dolivro-ipedagogia-daautonomia-de-paulo-freire> Acesso: 04 de julho de 2022.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 05 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em 13 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> acesso em 16 de julho de 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo; 20. Edição; Petrópolis RJ: Vozes, 2012. 581 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LÜCK, Heloisa. **A gestão participativa na escola.** Petrópolis, RJ: 9. ed. Vozes, 2011 125 p.

OLIVEIRA, Sonia das Graças Silva. **A relação família e escola.** Disponível em: <[www.Artigonal.com/ciência/artigos/-relação-família e escola- 477589.html](http://www.Artigonal.com/ciência/artigos/-relação-família-e-escola-477589.html)>. Disponível em: Acesso em: 16 jul. 2022.

PARO, Vitor Henrique. **Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ideias, n.12, p.39-47, 1992.

_____. **Participação popular na gestão da escola pública.** São Paulo, 1991. Tese (Livre-Docência) - FEUSP.

PRADO, Edna. Do diretor ao gestor: um passeio pela história recente da administração educacional no Brasil. **Estágio na Licenciatura em Pedagogia: gestão educacional.** Petrópolis/RJ: Vozes, Maceió/AL: Edufal, 2012.